



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA

www.itaberaba.ba.gov.br

JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei n.º 013/2017

Senhores Edis,



Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Colenda Câmara o incluso Projeto de Lei dispondo sobre alteração de dispositivo contido na Lei 1.113 de 14 de novembro de 2013, a qual fixa horário para realização de operações de carga e descarga em estabelecimentos comerciais e de serviços localizados no Município de Itaberaba.

Verifica-se que, após a implementação do quanto estipulado na referida, revelou-se a norma estabelecida na art. 1.º inciso I, incompatível com a realidade local, o que vem gerando incômodo, desgaste e prejuízos aos comerciantes e prestadores de serviços desta cidade, os quais já enfrentam sérias dificuldades com a atual momento econômico enfrentado em todo país.

Desta forma, considerando o permissivo legal contido no art. 30, inciso I, da constituição federal, o qual define como competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, e, ainda, atendendo ao pleito das partes diretamente interessadas e após verificação de que a alteração ora proposta não gera nenhum prejuízo à população em geral, submeto à apreciação de Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei, esperando que a presente propositura seja acolhida pelos Nobres Edis que compõem essa C. Casa.

Sem mais, subscrevo-me enviando a Vossas Excelências os meus protestos de estima e consideração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 16 de fevereiro de 2017.

RICARDO DOS ANJOS MASCARENHAS
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA

www.itaberaba.ba.gov.br

PROJETO DE LEI N.º 013

DE

16 DE FEVEREIRO DE 2017



Altera dispositivo o inciso I, do art. 1.º da Lei Municipal de n.º 1.113 de 14 de novembro de 2013 que fixa horário para realização de operações de carga e descarga em estabelecimentos comerciais e de serviços localizados no Município de Itaberaba.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABERABA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a presente Lei:

Art. 1.º - O inciso I, do art. 1.º da Lei Municipal de n.º 1.113 de 14 de novembro de 2013, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º (...)

I – 19 (dezenove horas) e 7h (sete horas), de segunda a sexta-feira;”

Art. 2.º - Permanecem inalterados os demais dispositivos do art. 1.º suso mencionado.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de fevereiro de 2017.

RICARDO DOS ANJOS MASCARENHAS
Prefeito Municipal

DAVID SILVA DOS ANJOS SAMPAIO
Secretário Municipal de Governo

PARECER JURÍDICO

Parecer Jurídico: ASSJUR0111140317CMI

Interessada: Câmara Municipal de Itaberaba

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/13, FIXANDO O HORÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CARGA E DESCARGA EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS - INTERESSE LOCAL.

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera a Lei Municipal nº 1.113/13, fixando o horário para a realização de operações de carga e descarga em estabelecimentos comerciais.

A Lei Orgânica do Município de Itaberaba dispõe em seu art. 191 sobre o planejamento municipal, estabelecendo que:

Art. 191. O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento visando promover o desenvolvimento do Município, o bem estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

Destarte, afigura-se plenamente possível a adoção de ações com vistas à regulamentação de ato ou abstração de fato, como corolário do poder de polícia administrativa que detém o Município, o qual advém da aplicação do art. 22, inciso XXVII, da Constituição Municipal:

Art. 22. Compete ao Município: (...)

XXVII – organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;





Sabe-se que medidas dessa natureza acabam interferindo na iniciativa privada, o que ocasiona, por vezes, a elevação dos custos da atividade econômica. Entretanto, no presente caso, não se trata de medida desarrazoada, já que objetiva, sobretudo, a realização do interesse público.

Nessa linha de pensar, trasladamos as lições de Dirley da Cunha Júnior, *in* Curso de Direito Constitucional, vejamos:

A partir da Constituição de 1934, todas as demais Constituições brasileiras pautaram-se pela positivação de uma ordem econômica essencialmente intervencionista, adjetivada pela proteção do interesse coletivo e direcionada para o mesmo fim: realizar a justiça social.

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 13/2017, ante a existência dos requisitos relativos à constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Este é o nosso parecer – SMJ.

Itaberaba/BA, 14 de março de 2017.

Leandro Almeida de Oliveira
OAB/BA 21.879

Sérgio Bensabath Jr.
OAB/BA 34.262

Henrique Coimbra Filho
OAB/BA 31.986